

EDUCAÇÃO E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES

Olinda Maria NORONHA

RESUMO

Discute as relações entre educação e trabalho dentro do novo padrão de acumulação do capital; a polarização entre visões otimistas e pessimistas com relação ao trabalho (lê-se à ciência e tecnologia) é superada na concepção ontológica do trabalho.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Fordismo; Pós-fordismo; Pedagogia da Qualidade.

As implicações que as mudanças tecnológicas tem produzido nos processos de trabalho e nas relações educativas tem ocupado grande parte da produção intelectual de inúmeros estudiosos e especialistas em diferentes áreas. Esta preocupação em se estudar as relações entre trabalho e educação, em parte, é motivada pela necessidade de se encontrar respostas a questões emergentes postas neste final de século. Um final de século caracterizado como um período onde as transformações ocorridas em âmbito mundial, no campo político, econômico e social tem sido de magnitude e velocidades profundas e sem precedentes na história da humanidade.

Como bem nos alerta HOBBSAWM, (1995:24,25), " a terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente. (...) No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado,

inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem."

Um dos impactos mais preocupantes e sobre o qual tem se debruçado os estudiosos neste final de século, no campo educacional, é o que se refere às relações trabalho-educação. E para se buscar entender melhor essas relações de múltiplas inter-determinações torna-se necessário analisá-las à luz da discussão teórica que tem procurado pensar e refletir sobre a crise e refuncionalização do modelo "fordista" ou "keynesiano", bem como as mudanças postas pelo chamado "modelo pós-fordista".

Para tornar mais claro o significado destes chamados modelos de acumulação do capital vejamos algumas de suas características.

O modelo fordista caracterizava-se pela produção baseada na concentração de decisão, padronização do trabalho, grandes estoques, produtividade do trabalho, competitividade e durabilidade dos produtos.

Como analisa CASTRO (1992:4), *"a produção em massa tinha como contrapartida necessária um mercado interno ampliado pelo aumento do poder aquisitivo dos assalariados. O tipo de regulação política - o chamado Estado de bem-estar (Welfare State), garantia a inserção social dos segmentos populares através da regulação do mercado de trabalho (do emprego e dos salários) e do fornecimento de bens extra-econômicos (saúde, educação, seguridade social) e de direitos legais materialmente garantidos. No Brasil, a crise dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial propiciaram um desenvolvimento industrial centrado na substituição de importações e no atendimento de uma demanda interna quantitativamente significativa, ainda que restrita a segmentos minoritários da população com poder aquisitivo. O resultado foi um "fordismo de 2ª classe" e o predomínio do taylorismo"*.

Quanto ao chamado modelo pós-fordista suas características predominantes podem ser assim formuladas: a

incorporação da ciência e da tecnologia como forças produtivas, o rápido desgaste e desqualificação da mão-de-obra, acostumada ao modelo taylorista-fordista (trabalho superfragmentado e monótono), centralização, controle e rapidez da informação, recomposição da atividade dividida, terceirização, clientelização. Tudo isto associado à crise do modelo fundado na ampliação da máquina estatal e do desenvolvimento articulado ao Estado de Bem-Estar social e à política de pleno emprego. O novo padrão de acumulação está implicando na idéia de Estado minimalista, de privatização de globalização do mercado, de qualidade total de ampliação do capital financeiro e de exclusão crescente de um grande número de pessoas tanto da esfera da produção quanto da esfera do consumo. As conseqüências desse processo são a extensão da miséria, do desemprego, das doenças e das carências generalizadas dos indivíduos. Observa-se que este processo atinge até os países do chamado primeiro mundo. Quanto aos países do terceiro mundo o relacionamento com o capital tem se dado de forma prodominante através das chamadas "ilhas de modernidade". O restante da população passa a ser desconsiderada, porque aquilo que representava para estes países sua "vantagem competitiva" (mão-de-obra disponível, barata e disciplinada e matéria prima em abundância) hoje já não tem tanto significado diante do novo padrão de acumulação, baseado na revolução microeletrônica e na revolução tecno-científica (novos materiais, novas formas de energia, engenharia genética e novas formas de gestão social da força de trabalho).

Todo esse conjunto de transformações tem recebido um novo rótulo difuso e mal resolvido: o de neoliberalismo.

Como essas determinações postas pelo novo padrão de acumulação vão interagir com a educação? Que tipo de implicações essas transformações rápidas e desagregadoras têm para o corpo humano entendido enquanto síntese desse processo histórico?

Se tudo o que existe hoje que recebe o nome vago de "progresso" é conquista da humanidade, porque se contrapõe a ela como uma força estranha e com alto potencial destrutivo?

Não deveria essa conquista levar o homem a superar o "reino da necessidade" e conquistar o "reino da liberdade", como dizia Marx em sua crítica à sociedade capitalista, ao analisar a redução do

homem ao "homo economicus"? Estaríamos hoje diante do apogeu do fetichismo da mercadoria ou por outra diante do antagonismo absoluto de forças, tendências e categorias que se opõem, tais como capital, o trabalho, a mercadoria, o sobretrabalho, o tempo livre?

Estaríamos diante da reificação máxima da riqueza humana limitada a sua forma e manifestação burguesas?

A lógica do desenvolvimento da acumulação do capital (taylorismo, fordismo, microeletrônica, qualidade total), acaba por refletir também sobre o corpo do trabalhador expressando a dimensão cultural do trabalho.

Experiências a partir de relatos de trabalhadores provenientes de Escolas Sindicais tem revelado que estes ao falarem de mudanças nas tecnologias de automação ou nas tecnologias de organização social do trabalho, referem-se a algo que ocorreu no seu corpo. É importante, portanto, que as reflexões sobre educação-trabalho-saúde se voltem para o corpo do trabalhador (seja individual ou coletivo). Mas não sobre um corpo a-histórico, mas sobre um corpo enraizado nas condições materiais que produzem seus contornos e formatos.

Como diz LE VEN & NEVES (1985:129) "*era necessário inventar um sistema de produção que fosse capaz de adequar-se às variações do produto e de garantir um alto índice de reconversibilidade das instalações, tornando os operários capazes de realizar múltiplas funções*".

Este novo modo de organização da produção vai terminar por alterar a maneira como os trabalhadores se relacionam com o processo produtivo.

Dentro desta tendência, observamos que a filosofia administrativa (que vem sendo adotada após a II Guerra Mundial, tendo como precursora DEMING (1990) e JURAN(1990) é a da Qualidade Total.

Segundo esta filosofia, a Qualidade Total seria um instrumento imprescindível à produtividade, englobando três fatores fundamentais interligados: qualidade de produtos, de processos e de vida. Esta filosofia poder ser traduzida como a busca constante de qualidade por todos os envolvidos no processo produtivo, associada

à idéia de "clientelização" (onde todos são simultaneamente clientes e fornecedores.

Esta forma de gerenciamento pode ser assim resumida: (...) *"cada indivíduo que faz uma operação, que depois vais ser complementada por outro, vê o outro como um cliente e a si como um fornecedor. E a qualidade total implica em que o cliente está acima de tudo"* (MASTROCINQUE, 1993).

Resumindo esta caracterização podemos dizer que no modelo taylorista-fordista o trabalhador estava acostumado ao trabalho parcelado, igual e monótono, no modelo pós-fordista o trabalhador é treinado sem nenhuma função específica. Trata-se de como fazer a produção e não qual produção. Como observa CORIAT (1988:38), não mais *"um posto, um homem uma tarefa, mas um posto, um homem, várias máquinas, um pequeno grupo de tarefas"*. Na fábrica tradicional o agente repressor era o chefe, na fábrica moderna a repressão é socializada. Isto vai gerar um nível de concorrência e vigilância entre os trabalhadores provocando "stress" decorrente da raiva e da tensão provocadas pela insegurança no trabalho. Esta forma de administração por tensão vai acabar se materializando em doenças psíquicas, desgastes físico e mental, alcoolismo e até suicídio".¹

Todas estas transformações vão colocar problemas sérios e ainda não suficientemente estudados para o trabalho, para a educação e para a saúde (em termos de desajustamento do homem às novas funções, o sentido da inutilidade, de desonra, de falta de perspectiva que vão, no seu limite de somatização, produzir doenças mais visíveis que se manifestam como sintomas de um quadro muito mais complexo).

Muitas das interpretações sobre o impacto gerado pelas transformações das bases científicas e tecnológicas, sobre o trabalho humano e sobre o mundo da produção em geral, têm se encaminhado pelo viés teórico das perspectivas pessimistas ou pelas otimistas.

(1) cf. Depoimento de José Lopez Feijó - funcionário da Ford - seminário "Novas tecnologias e a formação do trabalhador" TTEDUC/FE/UNICAMP, 1990.

A POLARIZAÇÃO PESSIMISMO/OTIMISMO E SUA SUPERAÇÃO NA CONCEPÇÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO

Vejamos em breves linhas como se estruturaram essas perspectivas bem como as possibilidades de sua superação.

Na perspectiva negativista vamos encontrar as interpretações que se alinham com a Sociologia do Trabalho dos anos 70, tendo como principal representante BRAVERMAN (1977) e seus seguidores.

Segundo CASTRO (1991:70-71), *"a pertinência histórica da contribuição de Braverman está em ter sabido apropriar-se daquela imagem literária usada pelo próprio Marx, que chamara a atenção para a necessidade de se abrir a cortina que dava acesso (fora do mercado onde, para ele, defrontavam-se equivalentes) às pistas da produção e reprodução das desigualdades entre as classes. Ao fazê-lo Braverman introduziu uma interpretação que pretendia alcançar uma enorme generalidade (teorizar sobre o trabalho no capitalismo monopolista). Ela se centrava numa hipótese aparentemente bastante plausível, ao menos dado o nível de abstração em que fora formulada e à negatividade intrínseca que atribuía ao trabalho a tendência à permanente, cumulativa e irreversível degradação (...). Neste sentido, estudar a qualificação equivalia, em verdade, a pesquisar a sua perda progressiva, vez que reduzida a um mero instrumento do controle gerencial despótico."*

Este pessimismo vai expressar-se numa aversão às formas modernas de produção e uma denúncia simplista do caráter deformador da organização capitalista do trabalho, reduzindo a alienação ao processo crescente de desqualificação do trabalhador.

No outro extremo das interpretações, vamos encontrar a perspectiva otimista sobre o papel da ciência e da tecnologia como "libertadora da humanidade" da sua condição de miséria. As teorias do "progresso peregrino" e do alcance igualitário do "Estado-do-Bem-Estar-Social" estão incluídas dentro desta categoria.

As duas tendências se identificam por se configurarem como análises a-históricas, que não consideram a ciência e a tecnologia como produto de relações concretas e determinadas historicamente.

A ciência e a técnica, assim como o trabalho humano, embora sob o domínio de relações determinadas não são nem pura negatividade nem conduzem de forma mecânica à libertação humana.

Acreditamos que a ausência das categorias básicas de Marx em muitas análises posteriores a ele acabaram por conduzir às interpretações polarizadas e mecanicistas.

Estas interpretações terminam por levar a uma compreensão do trabalho humano em seu sentido mais vulgar (apenas como mercadoria, em sua forma assalariada), não considerando a sua dimensão ontológica. Pensamos que somente através do resgate desta dimensão seria possível a superação da polarização "otimismo-pessimismo".

A esse respeito KOSIK (1976:180) observa: (...) "o trabalho, na sua essência e generalidade não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu habitus e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui sua especificidade".

Por outro lado, se formos procurar a superação deste impasse na perspectiva empresarial moderna, vamos encontrar que esta se dará simplesmente através da recuperação da auto-estima do trabalhador. A filosofia empresarial pós-fordista tem se encaminhado por esta tendência moderna de "administrar conflitos".

CARLZON (1995), especialista em administrar crises, apresenta a interpretação e a saída para o processo de medo instalado a partir do novo padrão de acumulação: "Eu posso entender que bastante gente se sinta amedrontada hoje em dia. São pessoas que haviam esquecido que não existe nenhuma segurança no mundo a não ser a que tem dentro de si, sua própria auto-estima, sua autovalorização. Se a pessoa confia em si mesma, sempre será

capaz de cooperar, mesmo que não no trabalho que considerava seu”.

Vários aspectos devem ser considerados para a compreensão dos impactos das mudanças tecno-produtivas nestes campos acima referidos.

Voltamos a dialogar com o professor Ramon Pefia Castro, que de maneira procedente aponta os seguintes aspectos:

“Um primeiro aspecto a considerar é o conteúdo do trabalho e a capacidade requerida da força de trabalho. A introdução de novas tecnologias e as novas formas de organização da produção alteram o conteúdo do trabalho e a qualificação exigida aos trabalhadores. A natureza da atividade do operador das novas tecnologias está mais voltada para supervisão de processo, para a regulagem de sistemas de máquinas que exigem capacidade de reação rápida aos imprevistos. Um segundo aspecto é a mudança do modo de aprendizagem em decorrência da alteração da natureza do trabalho. Com a passagem do concreto “sentido” para o abstrato “simbolizado” declina a importância, para a aprendizagem, da experiência sensorial-motora e aumenta o papel da prévia verbalização e simbolização, o que enfatiza a exigência do trabalho pedagógico de explicação. Um terceiro momento é o do declínio da importância da aprendizagem empírica, o que, à primeira vista, parece implicar uma dissociação entre aprender e fazer, tanto no tempo como no espaço. Outra consequência importante das mudanças na divisão técnica do trabalho capitalista consiste no fato de que o conjunto de conhecimentos e de saber-fazer exigido passou a ser definido pelas particularidades tecnológicas e organizacionais dos postos e não pelo ofício ou especialidade do trabalhador. Daí a importância que o sistema capitalista atribui à formação de forças de trabalho polivalente, com conhecimentos generalizáveis a uma série de situações concretas. Em decorrência de tudo o anterior, não parece exagerado falar de um deslocamento do centro gravitacional do conhecimento e do saber-fazer para o processo de aprendizagem, o que aumenta a importância dos sistemas de ensino e dos processos de “aprender a aprender” e a “verbalizar o que se sabe fazer” CASTRO (1992:12)

A PEDAGOGIA DA QUALIDADE

Diante deste quadro de reflexões mais gerais sobre as inter-determinações entre educação, trabalho e saúde é oportuno pensar sobre algumas tendências relacionadas aos reflexos deste novo padrão de acumulação nas políticas econômicas, sociais e educacionais no Brasil.

É conhecido até no senso comum que a economia brasileira entrou em crise no final dos anos 70, crise esta que se aprofundou nos anos 80 com um processo de recessão e de estagnação que se estende até os dias de hoje.

Para enfrentar essa situação de prolongamento de um processo de recessão crescente alguns setores empresariais, com a adesão do MEC, propõem a superação da crise através de um projeto de gerenciamento de Qualidade Total cuja metodologia é a da Pedagogia da Qualidade.

Para isto, o MEC patrocinou, no ano de 1993, "20 Encontros de Qualidade" com o objetivo de treinar recursos humanos de nível técnico-administrativo visando a difusão da proposta da Pedagogia da Qualidade aos setores educacionais.

No campo da prática educacional alguns efeitos já estão sendo observados.

No Estado de Minas Gerais, desde 1993, no sistema de ensino (Redes estadual e municipal) está sendo implantada a pedagogia da Qualidade Total mediante subsídios e acompanhamento tanto de caráter nacional quanto internacional. Também a articulação universidade com o pólo produtivo segue na mesma direção. A UNICAMP mesmo é um exemplo através do Mestrado em Qualidade, do Laboratório de Transferência de Tecnologia dos Convênios e Cursos de Extensão articulados às demandas do pólo produtivo.

Além disso, o Plano Decenal de Educação para Todos (30/11/93) apresenta em sua proposta original um repertório de propostas afinado com as novas tendências empresariais.

O Plano Decenal de Educação para todos afirma que "a Educação deve transformar-se em processo de promoção da cidadania, assegurando a cada criança a aquisição organizada de conhecimentos

básicos necessários ao mundo de hoje, cada vez mais condicionado pelo progresso científico e tecnológico".

Como desenvolver um plano como este baseado em um "novo tipo de alfabetização" de tal maneira que não se caracterize como mais um projeto excludente e fundado no privilégio?

À respeito desta questão, CASTRO (1992:14) observa que *"a adequação do ensino das novas linguagens às exigências empresariais parece transcorrer normalmente, conforme a lógica do mercado. Outra coisa é a "adequação" às exigências sociais de acesso democrático ao novo instrumento de cultura. Confrontamos, acredito eu, à nova realidade do aparecimento de um meio de produção e de consumo, cuja forma mercantil-capitalista representa um instrumento adicional de poder econômico, de diferenciação social ("o capital cultural") e de segregação cultural. Como "bem" de consumo, o computador se incorpora ao "capital cultural" das camadas sociais acomodadas, enquanto que a imensa maioria de brasileiros, precariamente inseridos no mercado de bens de sobrevivência, fica excluída do novo instrumento cultural e, subsequentemente, da nova alfabetização, o que aprofunda as abismais desigualdades sociais e culturais existentes"*.

Isto significa que o simples fato de se acumular estoque de bens, sejam eles materiais ou simbólicos (conhecimento) sob o monopólio capitalista, não deve ser interpretado como elemento democratizador. O processo de acumulação continua sendo excludente.

Ao encerrarmos nossas reflexões gostaríamos de lembrar com GENTILE (1993:10) que "em Marx, a 'luta de classes' constitui um conceito analítico que permite resumir uma *multiplicidade de conflitos sociais*. Assim, desde uma perspectiva marxiana, a 'história das lutas e dos conflitos em torno do conhecimento' ou, em outras palavras, a *história dos conflitos pelo controle, o domínio, a posse e o monopólio dos conhecimentos necessários para uma participação ativa e consciente na luta pelo poder social em todas suas dimensões*."

ABSTRACT

Relations between education and labor are discussed within the new pattern of capital accumulation; polarization between optimism and pessimism is solved within an ontological view of work.

Keywords: Education; Labor; Fordism; Post-fordism; Pedagogy of quality.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CARLZON, J. Entrevista à "**Folha Management**"; n. 3. Folha de São Paulo, 28/08/95.
- CASTRO, N.A. Organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna. In: **Trabalho e Educação**. Coletânea C. B. E. Campinas: Papirus/CEDES/ANDE/ANPED, 1992 (mimeo).
- CASTRO, R. Peña. **Tecnologia, trabalho e educação**. ANPED, 15. Reunião anual, 1992 (mimeo).
- CORIAT, B. Automação programável, novas formas e conceitos de produção. In: SCHIMITZ, H. e CARVALHO, R. Q. (orgs.). **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- DEMING, W. E. **Qualidade: a revolução da administração**. Rio de Janeiro: Marques/Saraiva, 1990.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JURAN, J. M. **Planejando para a qualidade**. São Paulo: Pioneira, 1990.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LE VEN, M. NEVES, M. Processo de trabalho e classe trabalhadora. In: NEVES, M. Mudanças tecnológicas e organizacionais e os impactos sobre o trabalho e a qualificação profissional. **Trabalho e Educação**. Coletânea C. B. E. Campinas: Papirus/CEDES/ANDE/ANPED, 1992.
- MASTROCINQUE, F. **Folha de São Paulo**, Caderno 2, 23/05/93, p.10.
- PLANO Decenal de Educação para todos. Brasília: MEC, 1993.